



# Professores foram à Assembleia Municipal em defesa da escola pública

[ Carlos Barroso ]

Francisco Silva, em nome do grupo de professores que lutam na defesa da escola pública, foi à assembleia municipal das Caldas da Rainha dar conta do que se passa atualmente na comunidade de docentes, pois muitos não possuem horário ou não têm horário completo, acusando as escolas privadas de terem acordos com o Estado e de serem responsáveis pelo aumento do desemprego nos professores.

"O lugar que é atribuído aos dois colégios na rede escolar pública caldense, tendo em conta o número de turmas contratualizadas, constitui uma violação da lei e um desperdício de dinheiro público. A situação particularmente grave com o colégio Rainha D. Leonor, com o qual há muito tempo se quebram as regras inerentes ao contrato de associação, situando-se na proximidade de escolas públicas, transformou-se em duplicação de rede e de despesa, sendo escola concorrente que capta e seleciona alunos, deixando uma ampla oferta pública por utilizador. A forma descarada como se mantêm e promove esta situação com base no falso pretexto de saturação da rede pública, revela o uso abusivo dos contratos de associação para sustentar a opção ideológica pelo ensino privado à custa da escola pública", disse.

Para o grupo de professores que encheu o auditório da assembleia municipal, as escolas públicas "estão a funcionar com salas vazias" e "há um elevado número de professores sem componente letiva ou com horários incompletos".

O objetivo a perseguir, segundo este grupo de docentes, "deve ser o do equilíbrio das contas públicas, esperando os cidadãos dos seus representantes políticos um adequado exercício de racionalização da gestão dos recursos financeiros públicos".

Ora, no caso da rede escolar do concelho, esse objetivo consegue-se "com a rentabilização dos recursos disponíveis nas escolas públicas, evitando a duplicação de despesa com a contratualização de turmas para as



Francisco Silva foi o porta-voz



Professores foram à Assembleia Municipal

quais a oferta pública é suficiente".

Considerando "preocupante" e porque a situação a que chegou a rede escolar pública do concelho das Caldas e "o silêncio ou ausência de um conselho municipal de educação", os professores da escola pública perguntam "quantos milhões de euros têm sido transferidos pelo ministério de educação para o grupo GPS ao longo de todos estes anos letivos, em virtude da contratualização de turmas para as quais as escolas públicas do concelho têm capacidade de resposta".

"Por que razão é que até agora neste município ninguém se preocupou com o cumprimento da lei e com uma eficaz reorganização da rede educativa do concelho, desencadeando a reavaliação da necessidade da continuidade dos contratos de associação e a fiscalização da sua aplicação, de forma a ajustar a contratualização de turmas às reais necessidades da oferta pública", interrogam.

Francisco Silva quis ainda saber como se explica aos municípios das Caldas, sendo o conselho municipal de educação um órgão fundamental de consulta e de coordenação a nível municipal da política educativa que "ele não exista ou esteja inativo".

Lino Romão, deputado do bloco de esquerda, pediu o agendamento do assunto trazido pelo movimento pela defesa da escola pública no Oeste.

"Considerando as polémicas em que tem estado envolvido todo o setor da educação, quer a nível nacional bem como no concelho de

Caldas da Rainha, nomeadamente com as denúncias que têm sido veiculadas pelo "Movimento pela Defesa da Escola Pública no Oeste", solicito ao senhor presidente da mesa da assembleia municipal o agendamento da discussão da operacionalidade e funções do conselho municipal de educação, atualização da carta educativa do município e definição da rede escolar do concelho de Caldas da Rainha", disse.

Lino Romão argumentou ainda que desde o surgimento dos colégios privados, "em contrato de associação de há sete anos para cá, as condições mudaram. Os 500 alunos que desapareceram do ensino público foram transferidos diretamente para os colégios, em prejuízo do bolso de todos nós. Tanto se invoca a austeridade e a necessidade de sermos rigorosos nas contas, então sejamos também nesta matéria".

"As escolas públicas têm capacidade e estão neste momento longe de esgotar a sua lotação. A escola Bordoal Pinheiro, onde foi gasta uma verba significativa, tem neste momento salas vazias, tem laboratórios que não são usados enquanto que os alunos das mesmas áreas educativas estão no Colégio sem condições de trabalho", afirmou.

Duarte Nuno, deputado do CDS, sustentou que o acordo entre a câmara e o grupo GPS para a construção de dois colégios terá de ser cumprido.

"Não é defensável que os colégios acabem ou que o ensino privado acabe. Não é ser realista querer isto. Mas tendo em conta os argumentos

comissão da educação convidando pessoas do movimento em defesa da escola pública, antes do debate do tema em plenário.

Catarina Paramos, deputada do PS, lembrou que onde se situa o colégio "era para surgir uma escola pública", mas o que avançou foi o atual estabelecimento de ensino "para permitir a continuação dos estudos dos jovens e crianças, visto que na altura a oferta na escola pública não era suficiente".

"A realidade mudou nas Caldas e em todo o país. Neste momento nas Caldas a EBI de Santo Onofre tem metade dos alunos quando abriu, a Raul Proença encontra-se com menos 60 por cento da taxa de ocupação e a Bordoal Pinheiro tem cada vez menos alunos", fez notar.

"O PS esteve e está ao lado na defesa da escola pública. Ao lado dos princípios da igualdade e da equidade, no acesso a uma educação que todos merecem e que seja de excelência. Não parece que o preço a pagar seja termos professores pagos pelos contribuintes sem nada para fazer, seja o desperdício de dinheiros públicos e subaproveitamento da oferta da rede pública educativa", manifestou.

Para a socialista, "o Município não pode dizer que a educação é das maiores apostas e por outro lado termos um conselho municipal completamente desativado e que não reúne há vários meses por inércia do vereador que sistematicamente vai alegado falta de disponibilidade para reunir".

"Os docentes deram aqui um grito cívico que o PS saudou. Da parte do PS procuramos uma solução urgente e iremos apresentar estas preocupações ao grupo parlamentar e aos deputados do círculo de Leiria com assento na comissão parlamentar de educação, para poderem dar o seu contributo na construção de uma solução equilibrada", disse Catarina Paramos.

Por último desafiou o vereador da educação a comentar o facto do "ensino público nas Caldas ter perdido 519 alunos e o grupo GPS ter ganho no mesmo período 514 alunos".

Alberto Pereira, deputado do PSD, disse que o problema dos professores é importante, mas que tem de ser resolvido em dois níveis.

"Não passa pelo nível local, mas pelas políticas de nível nacional. Iremos transmitir aos deputados da assembleia da república estes problemas para um alargamento da discussão e encontrar uma solução", declarou.

O também professor lembrou que a existência do colégio "foi importante a dado momento e por isso os acordos são para se cumprir. Há ética profissional e na contratualização. Acho que há e tem havido um excesso de turmas no colégio, tem havido uma diminuição de alunos nas escolas públicas por via de um mau planeamento da rede escolar. É importante ativar os mecanismos no sentido de conseguirmos que as necessidades dos alunos sejam supridas. Em primeiro lugar a escola pública e depois as instituições privadas", concluiu, concordando com as propostas.

Em resposta a todas estas questões o vice presidente da câmara e vereador da educação, Tinta Ferreira explicou que "a contratualização com o grupo GPS foi transparente e clara".

O vereador informou que "o Município tem participado nas reuniões da rede escolar, apesar de não ser consultado previamente para a distribuição das turmas para as respetivas escolas. A câmara das Caldas não é consultada na distribuição para o segundo e terceiro ciclo e secundário. Essas reuniões ocorrem entre a direção regional e os diretores das escolas. Tem sido sempre assim", afirmou.

Tinta Ferreira concorda que haja uma redução do número de turmas no Colégio Rainha D. Leonor, mas já não tem a mesma opinião em relação ao Colégio Frei Cristóvão.